

# **Análise do alinhamento das informações apresentadas no relatório de sustentabilidade e no balanço social da Copel**

**Deisy Cristina Corrêa Igarashi**

UNIOESTE (deisyigarashi@gmail.com)

**Wagner Igarashi**

UNIOESTE (wigarash@gmail.com)

**Lilian Celi Tonelli**

UNIOESTE (liliantonelli@gmail.com)

## **Resumo:**

Este estudo tem como objetivo evidenciar a partir do uso das técnicas contábeis de análise vertical e horizontal o alinhamento das informações apresentadas no relatório de sustentabilidade e no balanço social em uma entidade do setor de energia elétrica. O estudo opta por analisar os relatórios de sustentabilidade e o balanço social, tendo em vista que o primeiro relatório apresenta informações qualitativas quanto às ações efetivas da organização, ao passo que o segundo relatório apresenta apenas informações quantitativas, as quais na empresa objeto de estudo estão agrupadas de acordo com o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Econômicas (IBASE). A partir do desenvolvimento deste estudo exploratório observou-se que os itens evidenciados no balanço social e no Relatórios de Sustentabilidade da empresa objeto de estudo não estão alinhados, quer seja em termos dos grupos de relevância, descrição das ações ou ainda em termos dos valores monetários apresentados em cada um dos relatórios.

Palavras chave: Balanço social, Relatório de sustentabilidade, Análise qualitativa e quantitativa.

## **Analyse the alignment of the information presented in sustainability report and social balance of the Copel**

### **Abstract**

This study has as objective to evidence starting from accounting techniques of vertical and horizontal analysis the alignment of the information presented in sustainability report and social balance, in an electric energy sector entity. The study opts for analyzing sustainability reports and social balance, because the first report presents qualitative information with relationship to organization effective actions, and the second report just presents quantitative information, which are contained in agreement with model of the Economic Analyses Brazilian Institute (Instituto Brasileiro de Análises Econômicas - IBASE). Starting from development of this exploratory study it was observed that the items evidenced in social balance and in him sustainability reports of study object company are not aligned, in terms to relevance groups, actions description or still in terms of monetary values presented in reports.

Key-words: Social balance, Sustainability report, Qualitative and quantitative analysis.

## 1 Introdução

Os administradores ou gestores utilizam a Contabilidade Gerencial como ferramenta de gestão para conquistar melhores resultados. Além deles, os funcionários a utilizam a fim de “melhorar a qualidade das operações, reduzir os custos operacionais e aumentar a adequação das operações às necessidades dos clientes” (ATKINSON; et al, 2000, p. 38). Assim, a empresa busca conquistar mais clientes, tornando-se competitiva no mercado e alcançando resultados satisfatórios. Com a adoção da contabilidade gerencial passa-se a ter uma visão global da empresa, o que facilita a tomada de decisão. Silva (2008, p. 3) considera que este enfoque ganhou destaque “em função da diminuição das margens de lucros provenientes da pressão da concorrência, necessidades permanentes de análise, planejamento, controle, avaliação de desempenho e informações para as tomadas de decisões que necessitam de maior eficiência nos negócios”.

Neste ponto se insere outro mecanismo de gestão, com tendência a se tornar um fator cada vez mais requisitado devido à globalização conceitos e exigência por parte de investidores, fornecedores, funcionários, administradores, clientes, entre outros. Um destes mecanismos são as demonstrações com enfoque social (balanço social e relatório de sustentabilidade), as quais não são exigidas por força de lei, e neste enfoque fazem parte da Contabilidade Gerencial.

Além disso, Kroetz (2001, p. 64) observa que o balanço social “[...] antes de ser uma demonstração que procura evidenciar a transparência da gestão, é, na realidade, um instrumento de apoio à gestão. Isso porque ele agrupa informações que servem de suporte para a análise da realidade organizacional”. Tais informações estão fundamentadas na percepção de que conforme as empresas crescem e se desenvolvem, elas fazem uso de recursos naturais e humanos ao longo de vários períodos. Por isso, elas deveriam reverter parte do lucro em ações ambientais e sociais como forma de compensar a sociedade e o meio ambiente pelo uso de seus recursos e

garantir que as gerações futuras não sejam afetadas, e vivam em um ambiente sustentável. Assim, o balanço social contém informações que evidenciam a responsabilidade social da empresa e os dados de sua atividade de modo que a comunidade avalie, compreenda e se necessário questione a empresa sobre suas ações.

Torres e Mansur (2008) relatam que no Brasil o balanço social começou a ser objeto de pesquisa a partir de 1990 quando as empresas passaram a divulgar junto com seus relatórios financeiros as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao corpo de funcionários, evidenciando a responsabilidade social das empresas.

Para auxiliar no processo de evidenciação Kroetz (2001) sugere a adoção de técnicas de análise de balanço, as quais apóiam o processo de análise do demonstrativo (balanço social). A partir da sugestão de Kroetz (2001), este estudo tem como objetivo evidenciar o alinhamento das informações apresentadas no balanço social, com as do relatório de sustentabilidade, em termos de investimentos realizados em cada agrupamento das demonstrações e a evolução destes, a partir do uso das técnicas contábeis de análise vertical e horizontal. O estudo foi desenvolvido, inicialmente, a partir da análise dos relatórios da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Ele optou por analisar em paralelo os relatórios de sustentabilidade e o balanço social, tendo em vista que o primeiro relatório apresenta informações pontuais quanto às ações efetivas da organização, ao passo que o segundo relatório apresenta apenas informações quantitativas, normalmente agrupadas de acordo com o modelo IBASE.

Após as considerações iniciais sobre a temática, o estudo oferece uma incursão teórica sobre os fundamentos que o sustentam. Na sequência são apresentados os procedimentos metodológicos e são descritos e analisados os resultados da pesquisa. Por fim, são destacadas as considerações finais e as referências utilizadas.

## 2 Aspectos teóricos do estudo

Esta seção revisa a literatura, a qual gera embasamento teórico ao tema em questão. Aqui são apresentados elementos teóricos sobre a responsabilidade social, o balanço social e as técnicas de análise vertical e horizontal.

### 2.1 Responsabilidade social

A responsabilidade social “[...] pode ser resumida como a responsabilidade que a empresa tem para com o meio em que está inserida tanto social, como ambiental. Ou seja, compreende a integração entre a empresa e os elementos importantes para sua subsistência, sociedade e meio ambiente” (SOUZA; PACHECO, 2007, p. 2), deste modo considera-se que o meio influencia a empresa e, vice versa.

Neste enfoque, considera-se que cabe a sociedade observar se as empresas realizam o controle e prevenção dos problemas sociais e ambientais causados por elas. Tal posicionamento fez com que elas tomassem atitudes de proteção ao meio ambiente e de melhoria às condições de trabalho, a fim de manterem competitivas no mercado. Este contexto é fortalecido pela afirmação de Moraes (2009, p.1) de que “o mundo empresarial vê, na responsabilidade social, uma nova estratégia para aumentar seu lucro e potencializar seu desenvolvimento”

Portanto, o conceito socialmente responsável, no qual as empresas se apóiam, consiste em muitos casos de uma estratégia que melhora a imagem pública, a fim de que elas atinjam seus objetivos comerciais (TORRES; MANSUR, 2008). Assim, a prática da responsabilidade social gera benefícios para todos os envolvidos (empresa, sociedade e ambiente). Neste contexto, além do exercício da responsabilidade social, as empresas são, também, responsáveis pelo desenvolvimento sustentável, “[...] primeiro porque elas possuem recursos financeiros e segundo porque podem transferir capital social de forma mais eficaz que o governo, por estarem culturalmente habituadas a trabalhar com metas e resultados” (BRAGA, p. 1, 2007).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU, no Relatório intitulado ‘Nosso Futuro Comum’. Este relatório conceitua o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (RIBEIRO, 2006). Neste enfoque, as ações de hoje devem ser medidas a fim de não afetar negativamente o futuro das próximas gerações (CLARO, CLARO, AMÂNCIO, 2008). Além disto, o desenvolvimento sustentável aborda uma visão ética e política ao considerar o desenvolvimento como um processo de mudança social, o qual torna democrático o acesso aos recursos naturais e distribui igualmente os custos e os benefícios do desenvolvimento (TINOCO; KRAEMER, 2008).

O desenvolvimento sustentável apresenta cinco dimensões, sendo: a social, a econômica, a espacial, a ecológica e a cultural. O ideal seria as empresas desenvolver as cinco dimensões. Porém, nem sempre, as cinco dimensões estão alinhadas as estratégias e a política de maximização de resultados de cada empresa. As tentativas de conciliar esse objetivo com a manutenção da qualidade ambiental e social é um progresso. Além disso, “alguns empresários já reconhecem publicamente que a proteção e a preservação do meio ambiente podem propiciar um melhor fluxo de rendimento” (RIBEIRO, 2006, p. 6). Isto porque, o aumento no número de informações sobre responsabilidade social e ambiental, demonstra um maior compromisso com a ética e a transparência, o que gera confiança aos usuários das informações sociais.

Os conceitos de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável deram origem ao balanço social. A partir do qual é possível visualizar as atitudes tomadas em benefício do corpo de funcionários, da sociedade e do meio ambiente. Entretanto, além disso, o balanço social pode ser publicado por ser percebido como um instrumento de publicidade (KROETZ, 2000).

## 2.2 Balanço social

O desenvolvimento e a expansão da sociedade aumentaram os níveis de emprego e expandiram a economia. Isto, de imediato, gerou o consumo de recursos naturais sem o controle necessário, por parte das indústrias e da população (TINOCO; KRAEMER, 2008). Por isso as empresas buscam justificar seu objetivo social e melhorar sua imagem perante a sociedade. Para Tinoco (2002) a melhor forma de as empresas prestarem contas de seu desempenho é elaborando um quadro socioeconômico que apresente os recursos utilizados e os aportes à comunidade.

Em relação aos recursos utilizados Queiroz et. al (2007) argumentam que a importância da questão ambiental aumentou em função da evolução socioeconômica, do aumento dos impactos ambientais. Houve, também, no âmbito social uma crescente preocupação com as condições de trabalho dos empregados, tais como: horas de trabalho, condições físicas dos empregados, situações de insalubridade, dentre outros fatores (TORRES, 1998). No âmbito social passou-se a observar a fome e a miséria no mundo. No Brasil, teve destaque o sociólogo Herbert de Souza, o qual conseguiu uma participação relevante das empresas nas campanhas de cidadania (TORRES E MANSUR, 2008). Os fatores mencionados colaboraram para fortalecer o sentimento de responsabilidade social da sociedade. Desta forma, várias ações de preservação do meio ambiente, de bem estar da população, e de melhoria nas condições de trabalho foram tomadas como forma de reverter parte dos danos causados à sociedade pelo ser humano.

Neste processo de conscientização, a empresa privada se destaca. Enquanto “uma célula da sociedade, vem despertando para a necessidade de assumir responsabilidades, graças às pressões sociais e à crescente consciência de que ela deve manter verdadeiras parcerias com a sociedade” (ARRIGONI, 2000, p. 52). Este processo de conscientização é longo e traduz a responsabilidade social, a qual é evidenciada no balanço social das empresas. Este último é definido pelo Instituto ETHOS como um

### 2.2.1 Contexto histórico

O processo de conscientização sobre responsabilidade social nos Estados Unidos (EUA) e em parte da Europa se inicia por volta dos anos 60. Particularmente na França e na Inglaterra. Esta prática fez com que as empresas revissem seu processo administrativo, até então voltado para fins econômicos, para uma administração de atuação social e ambiental (KROETZ, 2000). Tinoco (2002) observa que houve reivindicações por parte da população durante a guerra do Vietnã. Isto porque o uso de armas químicas estava matando milhares de cidadãos e poluindo o meio ambiente. Nesta época, também, se clamava por uma postura moral e ética das entidades em relação aos cidadãos. Os efeitos passaram a ser percebidos a partir do boicote às empresas envolvidas com o conflito bélico. Esta conduta deu início a uma nova fase da contabilidade, onde passou a ser atribuído maior ênfase às informações de cunho ambiental e social (TINOCO; KRAEMER, 2008).

Kroetz (2001, p. 59) elucida que “nos Estados Unidos os estudos partiram das universidades, e as características principais dos modelos dirigiram-se aos aspectos sociais públicos, às questões da diminuição da violência e da melhoria da relação das empresas com os consumidores”. Estas informações deram origem a um relatório específico chamado de Relatório de Atividades Sociais ou Balanço Social. Os Estados Unidos foi o primeiro país a utilizar o relatório de transparência da responsabilidade social. Contudo, foi a França que apresentou o primeiro modelo de balanço social. Além disso, a França foi o primeiro país que tornou obrigatória a publicação do relatório a partir de 1977, para empresas com 300 funcionários ou mais (CIPOLA; NOGUEIRA; FERREIRA, 2008).

Entretanto, a Holanda foi o primeiro país a divulgar o balanço social. Este demonstrativo

utilizava de medidas qualitativas para informar o impacto dos objetivos sociais da empresa, e quantitativas para programas sociais a serem implementados (TINOCO, 2002). Mais tarde, outros países seguiram o exemplo da França e tornaram obrigatória a elaboração do balanço social. Por exemplo, Portugal que a partir de 1985 tornou o obrigatório a demonstração para empresas com mais de cem empregados, e a Bélgica que tornou o balanço social obrigatório para todas as empresas em 1996 (CUNHA; RIBEIRO, 2007).

Já na América Latina o balanço social mescla a experiência americana e a européia, e o demonstrativo procura utilizar um modelo que humanize a empresa criando propostas participativas, e promovendo a democracia (KROETZ, 2000). Foi neste cenário começou a surgir às primeiras propostas de desenvolvimento do balanço social no Brasil.

### 2.2.2 Evolução no contexto brasileiro

O balanço social passou a ser difundido a partir da segunda metade dos anos 70 e se concentrou, principalmente, no estado de São Paulo, por reunir o maior número de empresas e entidades de representação empresarial do país (RIBEIRO, 2006). Em 1975 um decreto lei criou o primeiro relatório que aborda aspectos sociais e de recursos humanos, e tornou obrigatório para todas as empresas brasileiras a publicação destas informações. O relatório é denominado 'Relatório Anual de Informações Sociais' (RAIS) e trata de informações sociais relacionadas aos trabalhadores das empresas. Este relatório não é divulgado para a sociedade e atende exclusivamente entidades governamentais na área social como o 'Programa de Integração Social' (PIS), 'Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público' (PASEP), 'Fundo de Garantia por Tempo de Serviço' (FGTS) e 'Instituto Nacional de Seguridade Social' (INSS) (CUNHA, RIBEIRO, 2007). O primeiro balanço social publicado no Brasil foi o da Nitrofértil, em 1984. O relatório registrava as ações internas realizadas e o processo participativo desenvolvido durante o período.

Seguindo o exemplo da empresa citada o Banco do Estado de São Paulo (Banespa), em 1993, publicou seu balanço social (TORRES, 1998). Nos anos seguintes outras entidades publicaram voluntariamente seus Balanços Sociais. Porém, a partir de 1997 o tema tem maior visibilidade com a divulgação na mídia. Isto que fez com que mais empresas se interessassem pelo tema. Neste sentido, foram organizados seminários, palestras e cursos sobre balanço social e responsabilidade social e ambiental (TORRES, 1998).

Um acontecimento marcante na discussão sobre o assunto foi a publicação do artigo 'Empresa Pública e Cidadã' escrito pelo presidente do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). O artigo desencadeou amplo debate nos jornais. E aproveitando o debate e repercussão nacional o IBASE lançou em 1997 uma campanha pela divulgação anual do balanço social, com a mensagem de que esse seria o primeiro passo para as empresas tornarem-se cidadãs (TORRES; MANSUR, 2008).

O IBASE junto com o Instituto Ethos são as duas organizações com atuação reconhecida no Brasil, que mobilizam, sensibilizam e auxiliam as empresas a compreenderem e incorporarem o conceito da responsabilidade social no cotidiano de suas gestões. Estes órgãos estabelecem padrões éticos de relacionamento com os diversos públicos (acionistas, fornecedores, funcionários e governo) e controlam os impactos gerados por suas atividades na comunidade e no meio ambiente (GRAJEW; YOUNG, 2010). Estes órgãos conscientizam as empresas quanto a seu papel junto à sociedade e sua importância no processo de evidenciação das informações sociais. Eles possuem modelos de balanço social, os quais as empresas seguem voluntariamente.

Apesar de a publicação do balanço social ainda não ser regulamentada por lei no Brasil, Cunha e Ribeiro (2007) observam que já houve esforços neste sentido. Entre eles o projeto de Lei 3.116/97, o qual criava a obrigatoriedade da elaboração e publicação anual do balanço social para as empresas privadas com mais de 100 funcionários. O projeto previa que as empresas públicas,

sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos, em todos os níveis da administração pública, independentemente do número de empregados também estariam obrigadas a publicar o demonstrativo. O projeto foi arquivado em 1998. Atualmente o projeto de lei 32/99 está em tramitação na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) da Câmara Federal. Este projeto se refere à reapresentação do projeto de lei 3.116/97 (CUNHA; RIBEIRO, 2007).

Quanto à estrutura do balanço social, a Fipecafi (2007) expõe quatro vertentes: o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e Benefícios e Contribuições à Sociedade em Geral. A partir das vertentes, considera-se que o balanço social é abrangente em termos da quantidade de informações que oferece aos diversos usuários das informações. Apesar de o Brasil não possuir uma regulamentação que institua um modelo obrigatório de balanço social Carvalho e Siqueira (2009) identificaram diversas regulamentações que fornecem padrões para o desenvolvimento do balanço social realizadas em termos estaduais.

Dentre as regulamentações a NBC T 15 atende às quatro vertentes propostas pela FIPECAFI (2007) (CARVALHO; SIQUEIRA, 2009). Além disso, “[...] a NBCT 15 propõe um conjunto de indicadores de cunho negativo mais completo do que as demais regulamentações” (CARVALHO; SIQUEIRA, 2009). Como exemplo dos indicadores de cunho negativo tem-se: o número de processos trabalhistas movidos contra a entidade, o número de processos trabalhistas julgados procedentes, o número de processos trabalhistas julgados improcedentes, e o número de reclamações recebidas de clientes por meio da justiça, dentre outros.

A idéia de implementar o balanço social no Brasil não é recente e o aspecto da obrigatoriedade continua sendo polêmico (impor a publicação do balanço social, ou ficar à escolha da empresa) (CARVALHO; SIQUEIRA, 2009). Kroetz (2000) cita que

“uma das primeiras entidades a manifestar-se foi a Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca), repudiando a idéia da obrigatoriedade”. Kroetz (2000) considera que o ideal seria os empresários aderirem voluntariamente ao balanço social, demonstrando de forma concreta e transparente as ações sociais e resultados alcançados. Para isso ocorrer é necessário que a sociedade estimule a publicação do balanço social, ainda que de forma voluntária (OLIVEIRA; IGARASHI; SILVA, 2009).

Considera-se que a contabilidade tem realizado avanços neste sentido. Isto fica evidenciado com a lei 11.638/07, que tornou obrigatória a publicação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Esta demonstração mede e demonstra a capacidade da empresa em gerar e distribuir sua riqueza entre empregados, governo, financiadores, acionistas, sócios dentre outros. A obrigatoriedade da divulgação da DVA pode ser o primeiro passo para que o balanço social venha a se tornar obrigatório.

Dentre os benefícios informacionais que o balanço social gera, Igarashi et al. (2009) afirmam que ao se combinar a análise horizontal e a análise vertical ao balanço social é possível comparar as informações contidas neste demonstrativo com os resultados divulgados em outros, como por exemplo nos relatórios de sustentabilidade. Neste caso, a combinação das ferramentas auxilia os usuários a conhecerem a situação social da entidade.

### **2.3 Elementos da análise vertical e horizontal**

As análises vertical e horizontal normalmente são utilizadas para avaliar a situação econômica e financeira de uma entidade. Mas nada impede que estas análises sejam utilizadas para avaliar a situação social. Na medida em que estas análises medem a importância que a entidade atribui a cada um dos elementos que o compõe, assim como avaliam a evolução do balanço social ao longo de vários períodos. Ribeiro (1999, p. 116) afirma que os “Processos de análises são

técnicas utilizadas [...] para obtenção de conclusões acerca da situação econômica e financeira da entidade ou de outros aspectos relacionados com [...] os interesses dos usuários”.

No que se refere à análise horizontal, Ribeiro (1999, p. 117) a define como a “Comparação feita entre componentes do conjunto em vários exercícios, por meio de números-índices, objetivando a avaliação ou o desempenho de cada conta ou grupo de contas ao longo dos períodos analisados”. Este método evidencia a tendência dos valores, tanto absolutos (em reais) quanto relativos (percentual), das demonstrações analisadas. Para fazer a análise comparativa são necessários, no mínimo, demonstrativos relativos a dois períodos. No que se refere, especificamente, a análise vertical, Igarashi et al. (2009 p. 7) acrescentam que ela “[...] parte do valor destinado em cada item em particular para o montante total de investimento em cada exercício, revelando assim quais projetos teve maior relevância nos exercícios analisados”. Portanto, a análise vertical mostra qual a representatividade de cada conta em relação ao seu grupo e de cada grupo em relação ao total geral.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta pesquisa apresenta caráter descritivo, pois busca conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir de modo direto (CHURCHILL JUNIOR, 1987). Isto porque o estudo realiza a análise dos elementos que compõem o Balanço social e o Relatório de Sustentabilidade dos exercícios de 2006 a 2009 da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Nesta análise observaram-se as discrepâncias e as similaridades entre os relatórios apresentados. Este estudo é desenvolvido a partir da análise quantitativa (vertical e horizontal) do balanço social e a qualitativa do Relatório de Sustentabilidade. A fim de observar se a entidade evidencia suas ações sociais e ambientais nos relatórios citados e se existe alinhamento entre ambos.

A seleção desta organização como objeto de estudo se justifica por ela buscar aprimorar a

aplicação de boas práticas de governança corporativa. Para isso, ela considera o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Além disso, a empresa é pioneira no Brasil em estudos e relatórios de impacto ambiental na construção de usinas hidrelétricas. A Copel implementa diversos programas voltados à conservação do meio ambiente. Através deles a Companhia atesta, na prática, seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do Paraná. Este fato é mencionado em seu relatório anual de sustentabilidade, o qual segue os padrões do ‘Global Reporting Initiative’ (GRI). Ao passo que o balanço social segue o modelo proposto pelo Ibase.

Os relatórios analisados são extensos, chegam a conter até 204 páginas, sendo que a parte relativa às questões do Balanço Social contém de 20 a 40 páginas e contemplam informações de proteção e preservação ambiental, bem como programas que beneficiam a comunidade diretamente, como o ‘Programa Luz pra Todos’, ‘Luz Fraterna’, e, também, programas de conscientização ambiental voltados à comunidade e aos funcionários.

Além do caráter descritivo a pesquisa apresenta caráter transversal, pois realiza a coleta de informações apenas uma vez no tempo (PERIN, et al 2000). Ou seja, no mês de maio de 2010 foi acessado o site da empresa. Do site foram extraídos os relatórios (balanço social e relatório de sustentabilidade) da empresa objeto de estudo.

A pesquisa, também, é exploratória. Este tipo de pesquisa “levanta informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto” (SEVERINO, 2007, p. 123). Raupp e Beuren (2006) consideram que a pesquisa exploratória se aplica quando se deseja aprofundar o conhecimento sobre o tema. Além disso, Gil (2009, p. 41) complementa que este tipo de pesquisa é flexível, e possibilita que variados aspectos relativos ao fato estudado sejam considerados. Como o estudo se limita a analisar os relatórios da empresa objeto de estudo, a fim de observar se existe alinhamento entre os relatórios de sustentabilidade e os balanços sociais, ela é

considerada exploratória. Ressalta-se que, caso a percepção em análise se confirme, há possibilidade de ampliar as bases da pesquisa, a fim de se obter conclusões mais robustas sobre o tema.

Em relação às técnicas de pesquisa, o estudo é segmentado em dois momentos: no primeiro foi realizada uma pesquisa bibliográfica (teórica) em livros e artigos, com o propósito de conhecer os conceitos relativos ao tema em estudo. No segundo momento o estudo apresenta um enfoque empírico.

No que se refere às técnicas de pesquisa aplicadas, ao realizar a análise dos relatórios descritos, este estudo utiliza a análise de conteúdo. Segundo Bardin (2002, p. 38) neste tipo de análise é aplicada “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Minayo (2003, p. 74) enfatiza que a análise de conteúdo visa verificar hipóteses e ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto. Para Vergara (2005) este tipo de análise é aplicada no tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. Bardin (2002) complementa que a técnica visa obter, a partir de procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo das mensagens (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens. A análise de conteúdo possibilita analisar elementos qualitativos ou não. Por isso, neste estudo optou-se por aplicar a análise segundo a ótica quantitativa e a qualitativa.

A análise quantitativa segundo Bauer e Gaskell (2002) explica os dados através de números e pode fazer uso de “instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Esse procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenômenos, uma vez que se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos”. (RAUPP; BEUREN, 2006, p. 92). Este estudo é considerado quantitativo, pois ao se aplicar as técnicas de análise vertical e horizontal no balanço social busca-

se observar a proporção de investimento em cada agrupamento, bem como observar como estes se comportam ao longo do tempo.

Bauer e Gaskell (2002) afirmam que a pesquisa qualitativa é aquela que não utiliza números, mas interpreta a realidade social. Vieira e Zouain (2006, p. 18) complementam que “a pesquisa qualitativa geralmente oferece descrições ricas e bem fundamentadas, além de explicações sobre processos em contextos locais identificáveis”. Neste sentido, é aplicada a pesquisa qualitativa ao se analisar os relatórios de sustentabilidade da empresa objeto de estudo. A partir desta análise busca-se identificar se os relatórios de sustentabilidade estão alinhados com as informações apresentadas nos balanços sociais.

No que se refere a comparação das duas abordagens Goldenberg (1999, p. 50) observa que “enquanto os métodos quantitativos supõem uma população de objetos comparáveis, os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenômeno”. Neste sentido, ao se aplicar as técnicas de análise vertical e horizontal, considera-se ser possível comparar a proporção dos investimentos, bem como a sua evolução ao longo do tempo, caracterizando, assim, o estudo como quantitativo. Além disso, ao se proceder a análise dos relatórios de sustentabilidade, reordenado segundo os agrupamentos do balanço social, tornou-se possível observar a peculiaridade de cada um dos elementos descritos no relatório e comparar a descrição observada com as proporções de valores investidos em cada agrupamento, bem como ao longo do tempo.

Para tabular as informações apresentadas nos relatórios de sustentabilidade e nos balanços sociais foram utilizadas planilhas eletrônicas. A análise dos balanços sociais foram realizadas em um primeiro momento, quadro 1. Em seguida se procedeu o agrupamento e a ordenação das informações apresentadas nos relatórios de sustentabilidade, de acordo com os agrupamentos do balanço social, quadro 2. Realizada a análise dos relatórios de sustentabilidade buscou-se identificar o alinhamento destes o balanço social. Neste

segundo momento da análise foi utilizado foi construído o quadro 3.

Ao se proceder a análise dos relatórios de sustentabilidade, reordenado segundo os agrupamentos do balanço social (Ibase), tornou-se possível observar a peculiaridade de cada um dos elementos descritos nos relatórios e comparar a descrição observada ao longo do tempo (2006 e 2009).

Observados os aspectos metodológicos que delineiam a pesquisa, a próxima seção apresenta os resultados obtidos com a análise dos relatórios, vinculados às empresas objeto de estudo.

#### 4 ANÁLISE DOS DADOS

Optou-se por segmentar esta seção em três etapas a saber: (a) balanço social, analisado segundo a ótica quantitativa; (b) relatório de sustentabilidade analisado segundo a ótica qualitativa; e (c) análise comparativa dos valores apresentados no Balanço social e no Relatório de sustentabilidade.

##### 4.1 Balanço social: análise segundo a ótica quantitativa

O balanço social tem como enfoque a importância da organização para a vida em sociedade e evidencia as práticas empresariais

responsáveis. Este demonstrativo contém valores sobre investimentos em favor de: (a) indicadores sociais internos, o qual aborda alimentação, saúde, capacitação e desenvolvimento profissional, entre outros benefícios; (b) indicadores sociais externos refere-se aos valores gastos como educação, cultura, saneamento, esportes entre outros, e informações no desenvolvimento de programas em favor do meio ambiente; (c) indicadores de meio ambiente está vinculado os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa, e investimentos em programas e/ou projetos externos.

Este estudo aplica a técnica de análise horizontal no balanço social da empresa objeto de estudo tomando por base os valores do exercício de 2006. A partir de tal prática busca-se acompanhar a evolução dos valores investidos pela entidade em benefício de indicadores sociais internos, externos e de meio ambiente, ao longo dos exercícios de 2007, 2008 e 2009. Outra técnica aplicada neste estudo é a análise vertical, a qual parte do valor destinado em cada item em particular, em relação ao montante total de investimento em cada exercício. Esta técnica revela qual agrupamento apresentou maior relevância nos exercícios analisados. Para ilustrar o processo, no quadro 1 são apresentados os “indicadores ambientais”.

**Quadro 1: Análise vertical e horizontal dos indicadores do balanço social**

	2006			2007		2008		2009	
	milhares R\$	AV%	AH%	AV%	AH%	AV%	AH%	AV%	AH%
INDICADORES DO BALANÇO SOCIAL									
TOTAL DOS TRÊS INDICADORES	581.287,00	100	100	100	71,66	100	97,12	100	119,04
<b>INDICADORES SOCIAIS INTERNOS</b>	<b>345.584,00</b>	<b>59,45</b>	<b>100</b>	<b>65,05</b>	<b>78,41</b>	<b>59,7</b>	<b>97,52</b>	<b>59,19</b>	<b>118,52</b>
Alimentação (auxílio alimentação)	49.586,00	14,35	100	20,1	109,86	17,22	117,03	16,63	137,33
Encargos sociais compulsórios	146.955,00	42,52	100	53,38	98,43	46,2	105,96	42,26	117,78
Previdência privada	35.077,00	10,15	100	-23,75	-183,45	5	48,05	-10,08	-117,73
Saúde (Convênio assistencial)	37.933,00	10,98	100	21,06	150,47	6,1	54,18	15,35	165,69
Segurança e medicina no trabalho	3.170,00	0,92	100	1,17	100,22	1,02	108,55	1,24	159,59
Educação	2.130,00	0,62	100	0,85	107,79	0,75	118,59	0,62	119,44
Cultura	654	0,19	100	0,34	140,06	0,4	203,98	0,4	248,17
Capacitação e desenvolv.	8.824,00	2,55	100	2,9	88,94	3,27	124,81	3,31	153,65
Auxílio creche	451	0,13	100	0,18	110,86	0,16	122,17	0,16	147,01
Participação nos lucros e/ou	52.028,00	15,06	100	20,02	104,28	19,53	126,5	15,87	124,92

	2006			2007		2008		2009	
Indenizações trabalhistas		-				-		13,88	
Outros benefícios	8.776,00	2,54	100	3,74	115,41	0,35	13,62	0,38	17,5
<b>INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS</b>	<b>146.248,00</b>	<b>25,16</b>	<b>100</b>	<b>10,84</b>	<b>30,87</b>	<b>18,62</b>	<b>71,88</b>	<b>17,09</b>	<b>80,84</b>
<b>Educação</b>	19.020,00	13,01	100	14,65	34,78	0,62	3,44	-	-
Programa Paraná Digital	18.331,00	12,53	100	14,38	35,41	0,62	3,57	-	-
Escolas nas Usinas e outros	689	0,47	100	0,27	18	-	-	-	-
<b>Cultura</b>	9.207,00	6,3	100	12,2	59,85	5,61	64,1	4,34	55,74
Projetos culturais diversos - lei 8313		-	100	11,96		5,57	63,56	3,63	46,65
Incentivos culturais municipais		-		0,24		0,05		0,71	
<b>Saúde e saneamento</b>	112.717,00	77,07	100	63,44	25,41	89,86	83,8	91,24	95,7
Programa Luz para Todos	79.254,00	54,19	100	60,73	34,6	83,3	110,49	84,43	125,94
Programa Luz Fraterna	32.522,00	22,24	100		-	-	-	-	-
Programa irrigação noturna		-				5,02		6,81	
Outros programas	941	0,64	100	2,71	130,18	1,53	170,88	0,01	1,28
<b>Esporte</b>	55	0,04	100		-	-	-	-	-
<b>Combate à fome e segurança alimentar</b>	4	0	100	0,01	100	0,15	4.000,00	0	25
<b>Outros</b>	5.245,00	3,59	100	9,69	83,43	3,75	75,23	4,41	99,49
Indenização comunidades indígenas	2.800,00	1,91	100	4,96	80	2,36	88,64	3,74	-
Fundo dos direitos criança e adolesc.	2.192,00	1,5	100	3,93	80,98	1,34	64,32	0,65	34,9
Doações, contribuições e subvenções	122	0,08	100	0,69	255,74	-	-	-	-
Programa Eletricidadania, implantação		-				-		-	
GRI/AA1000 e instituto Ethos	131	0,09	100	0,11	37,4	-	-	-	-
<b>Outros programas</b>		-				0,05		0,02	
<b>INDICADORES AMBIENTAIS</b>	<b>89.455,00</b>	<b>15,39</b>	<b>100</b>	<b>24,11</b>	<b>112,28</b>	<b>21,68</b>	<b>136,8</b>	<b>23,72</b>	<b>183,52</b>
<b>Investimentos relacionados com as operações da empresa</b>	87.970,00	98,34	100	99,7	113,84	99,45	138,35	99,32	185,34
Prog. Pesq.Desenvolv. Efic. Energética	52.265,00	58,43	100	56,1	107,81	34,46	80,68	46,69	146,65
Rede Compacta e Linha Verde	26.797,00	29,96	100	37,9	142,06	60,74	277,39	47,93	293,66
Programas proteção Fauna e Flora	7.174,00	8,02	100	4,26	59,6	3,31	56,5	3,55	81,21
Gestão de resíduos	1.734,00	1,94	100	1,44	83,62	0,94	66,49	1,15	108,59
<b>Investimentos em programas e/ou projetos externos</b>	1.485,00	1,66	100	0,3	20,13	0,55	45,32	0,68	75,42
Educação Ambiental	763	0,85	100	0,13	16,51	0,33	52,56	0,55	117,69
Programa de monitoramento de		-				-		0,09	
Programa Tributo ao Iguaçu	722	0,81	100	0,11	15,1	-	-	-	-
Projeto créditos de carbono		-		0,06		0,02		0,02	
Outros programas		-				0,21		0,02	

Conforme se observa no Quadro 1, os “Indicadores Sociais Internos” representam 59,45% em relação aos três indicadores analisados e os investimentos nesse grupo aumentaram 18,52% de 2006 para 2009. Adicionalmente, constatou-se que dentro deste grupo o subgrupo mais representativo foi “Encargos Sociais e Compulsórios” (42,52%) sendo que os investimentos nesse subgrupo

aumentaram 17,78% de 2006 para 2009. Outros subgrupos representativos foram: “Alimentação” (14,35%), “Saúde” (10,98%) e “Participação nos lucros e/ou resultados” (15,06%), os quais tiveram um aumento de investimentos de 2006 para 2009 de 37,33%, 65,69% e 24,92%, respectivamente. Ao passo que o subgrupo “Previdência privada” representou 10,15% dos “Indicadores Sociais

Internos” sendo que os investimentos nesse subgrupo diminuíram 217,73% de 2006 para 2009.

Em relação ao grupo dos “Indicadores Sociais Externos” (25,16%) o subgrupo “Educação” representou 13,01% dos quais 12,53% se referem ao “Programa Paraná Digital”. Não foi possível constatar a evolução de investimentos nesse programa, uma vez que o mesmo não foi evidenciado no Balanço Social de 2009. Outro subgrupo que teve grande representatividade em relação aos “Indicadores Sociais Externos” foi “Saúde e Saneamento” (77,07%), sendo que 54,19% desse total foram investidos no “Programa Luz pra Todos” e 22,24% no “Programa Luz Fraterna”. Adicionalmente, os investimentos no “Programa Luz pra Todos” tiveram um aumento de 25,94% de 2006 para 2009, ao passo que o “Programa Luz Fraterna” não foi evidenciado no Balanço Social de 2009, impossibilitando a verificação de aumento ou diminuição de investimentos nesse programa.

A partir da análise vertical do Balanço Social verificou-se que dentro dos “Indicadores Ambientais” (15,39%) o subgrupo com maior representatividade foi “Investimentos Relacionados com as Operações da Empresa” (98,34%), sendo que desse subgrupo se destacaram os “Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética” (58,43%) e “Rede Compacta e Linha Verde” (29,96%). Por outro lado, mediante a análise horizontal constatou-se que os investimentos em “Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética” e “Rede Compacta e Linha Verde” aumentaram 46,65% e 193,66 % respectivamente de 2006 para 2009.

Com a análise nota-se que de 2006 a 2009 o grupo que teve maior representatividade foi o grupo dos “Indicadores Sociais Internos”, destacando-se o subgrupo “Encargos Sociais e Compulsórios” como o mais representativo em todos os períodos analisados. Contudo, o grupo que teve o maior aumento dos recursos investidos ao longo dos quatro períodos analisados foi o grupo dos “Indicadores Ambientais”, sendo que os investimentos nesse grupo aumentaram 83,52% de 2006 para 2009.

Realizada a análise vertical e horizontal do balanço e identificados os indicadores, agrupamentos e projetos mais representativos, passou-se a análise dos Relatórios de Sustentabilidade.

#### **4.2 Relatório de sustentabilidade: análise segundo a ótica qualitativa**

O Relatório de Sustentabilidade da Copel é bem completo e abrangente e está basicamente dividido em: Perfil da companhia; Governança Corporativa; Desempenho Operacional; Desempenho Econômico-Financeiro; Desempenho Socioambiental e Demonstrações Contábeis. A companhia segue o padrão internacional de relatório anual consolidado de gestão e desempenho socioambiental Global Reporting Initiative (GRI) implantado desde 2005. Apesar disso, houve dificuldade em classificar as informações pois o relatório não dispunha as informações de maneira uniforme de um período para o outro.

Outra dificuldade encontrada na tabulação dos dados foi devido à dispersão das informações sociais e ambientais, uma vez que algumas dessas informações foram encontradas dentro do Relatório de Sustentabilidade, porém não na parte relativa ao Desempenho Socioambiental e sim junto a outras partes do Relatório de Sustentabilidade, como por exemplo no segmento 4 de Governança (2006), foram encontradas informações sobre programas de saúde e saneamento (indicadores sociais externos).

Apesar das dificuldades encontradas, foram tabulados os dados encontrados no Relatório de Sustentabilidade conforme classificação do Balanço Social relativos somente aos grupos: Indicadores Sociais Internos, Indicadores Sociais Externos e Indicadores Ambientais. Contudo, será analisado neste capítulo apenas os Indicadores Ambientais, devido ao fato deste ter apresentado o maior índice de aumento através da análise horizontal em relação aos demais indicadores, ou seja, de 2006 para 2009 foram investidos mais recursos nos Indicadores Ambientais do que nos demais indicadores mencionados, sendo que os investimentos nos Indicadores Sociais

Internos apresentaram um aumento de 18,52% de 2006 para 2009, enquanto que os investimentos nos Indicadores Sociais Externos diminuíram 19,16%, por outro lado, os investimentos nos Indicadores Ambientais aumentaram 83,52% de 2006 para 2009 conforme análise horizontal.

Dessa maneira, o Quadro 2 ilustra as informações evidenciadas no Balanço Social de 2006 a 2009, assim como as informações mencionadas no Relatório de Sustentabilidade relativas aos itens do Balanço Social em

relação aos Indicadores Ambientais.

Apesar das dificuldades encontradas, as informações foram tabuladas segundo a classificação do balanço social relativos somente aos grupos: Indicadores Sociais Internos, Indicadores Sociais Externos e Indicadores Ambientais. A título de ilustração no quadro 2 foi selecionado apenas o resultado do grupo indicadores ambientais, devido a sua representatividade evidenciada na análise quantitativa do balanço social.

**Quadro 2: Análise qualitativa entre o alinhamento do balanço social e os relatórios de sustentabilidade**

Balanço Social	Relatório de Sustentabilidade			
	2006	2007	2008	2009
<b>Indicadores ambientais</b>				
<b>Investimentos relacionados com as operações da empresa</b>				
Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética				
-Programa de Eficiência Energética – PEE.	x	x	X	x
-Sistema de Qualidade da Água e Ictiologia.	x			
-Biorremediação de solos.	x			
-Geração, transmissão e distribuição.	x	x	X	
-Conservação e preservação dos habitats relacionados		x	X	
-Monitoramento ictiológico.		x		
-Diversificação da matriz energética.		x	X	x
-Implantação de usina de pequeno porte de biodiesel.			X	
-Veículo elétrico.			X	x
-GEE (gases de efeito estufa) de reservatórios.				x
-Projeto Microalgas				x
-Projeto alcooluto.				x
-Paraná biodiesel				x
<b>Rede Compacta e Linha Verde</b>				
-Redes de Distribuição Compacta Protegida - RDCs	x		x	x
<b>Programas de proteção de Fauna e Flora</b>				
-Unidades de conservação e Área de Proteção Permanente -APP.	x			
-Programa Florestas Ciliares	x			
-Ampliação do número de espécies das listas vermelhas.	x			
-Programa florestas ciliares.		x	x	x
-Programa de peixeamento.	x	x	x	x
-Equipe de responsabilidade ambiental.	x			
-Aquisição veículos priorização modelos com motor a álcool combustível.	x	x	x	
-Plantios de espécies nativas.	x	x	x	x
-Arborização urbana.	x	x	x	x
-Área de preservação ambiental.		x	x	x
-Tratamento de biorremediação		x	x	
-Combate ao “mexilhão dourado”, espécie invasora.		x	x	
-Programa de Gestão da Biodiversidade.			x	x

<b>Balanco Social</b>	<b>Relatório de Sustentabilidade</b>			
	2006	2007	2008	2009
<b>Indicadores ambientais</b>				
-Alteamento de estruturas			x	
-Conservação e preservação remanescentes das restingas litoral paranaense			x	
-Instalação de 15 transformadores com óleo vegetal isolante.				x
-Projeto Muriqui				x
-Projeto Dunas e Restingas				x
-Conservação de Bosque Nativo em Curitiba				x
<b>Gestão de resíduos</b>				
-Co-processamento de resíduos sólidos e líquidos contaminados.	x		x	
-Recolhimento de lâmpadas fluorescentes compactas.	x	x		
-Incineração do óleo e de sólidos permeáveis contaminados.	x			
-Regeneração do óleo mineral isolante.	x	x		
-Descontaminação do mercúrio	x			
-Sistema de Classificação de Materiais – SCM.	x	x		
-Substituição de transformadores à base de ascarel.		x		
-Reciclagem de papel.		x	x	
-Coleta seletiva corporativa.		x		
-Programa de desativação de transformadores.			x	
-Resíduos perigosos são encaminhados para destinação final por empresas habilitadas e licenciadas.			x	
- Resíduos não perigososreutilizados ou alienados licitação Pública			x	
-Compostagem de resíduos vegetais.				x
-Reprocessamento de sucata de cabos de alumínio.				x
-Equipamentos contendo ascarel foram retirados de operação.				x
-Destinação dos resíduos de ascarel.				x
-Reutilização de medidores.				x
<b>Investimentos em programas e/ou projetos externos</b>				
<b>Educação Ambiental</b>				
-Conscientização ambiental de empregados e empreiteiras.	x			
-Plano de Gestão Municipal.	x			
- Manual de Instruções Técnicas.	x	x		
-Programa de Educação Ambiental para a Sustentabilidade		x	x	x
- Programa de Sensibilização Ambiental		x	x	x
-Curso “Árvore certa no lugar certo”.		x	x	
-Educação ambiental para a comunidade no Museu Regional do Iguaçu		x	x	x
-Programa Pingo D’água.		x	x	
-Campanha de Verão			x	
-Centro de Educação Ambiental Horto Faxinal do Céu			x	x
-Orientação sobre poda e roçadas a Contratados.			x	x
-Seminário sobre Manejo de Vegetação sob Linhas de Distribuição			x	
-Palestras à comunidade com participação de profissionais da Copel.				x
<b>Programa de Monitoramento de Algas</b>				
-Programa de monitoramento e controle de algas em Foz do Areia				x
<b>Programa Tributo ao Iguaçu</b>				
<b>Projeto Créditos de Carbono</b>				
-Oportunidades de obtenção de créditos de carbono em projetos de geração e transmissão de energia.		x	x	

Balanço Social	Relatório de Sustentabilidade			
	2006	2007	2008	2009
<b>Indicadores ambientais</b>				
-Programa de Gestão Corporativa de Gases de Efeito Estufa.			x	
-Iniciativas para reduzir emissões de gases do efeito estufa - GEE				x
-Inventário corporativo de GEE.				x
<b>Outros programas</b>				
-Programa Tributo às águas.			x	x
-Programa de Gestão Ambiental Integrada por microbacias - PGAIM			x	x

No quadro 2 foram assinalados com “x” os programas e ações que se observou continuidade ao longo dos períodos. A análise evidencia que há programas ou ações que tiveram continuidade ao longo dos quatro períodos com o “Programa de Eficiência Energética – PEE”. Ao passo que o programa “Geração, transmissão e distribuição” foi mencionado em 3 exercícios (2006 a 2008). Adicionalmente a análise evidencia que há programas ou ações que foram executadas apenas ao longo de um único exercício, e que não tiveram continuidade, como por exemplo, o programa de pesquisa “Biorremediação de solos” mencionado apenas em 2006, dentre outros.

Adicionalmente, observou-se que o relatório não faz menção quanto a elementos que justifiquem a falta de continuidade dos programas como, por exemplo, o programa já ter atendido seu objetivo, sendo neste caso apresentados os resultados obtidos. Ou quanto a inviabilidade da continuidade do programa,

e neste caso sendo apresentados elementos que fundamentem tal inviabilidade. Considera-se que a falta de informações prejudica a análise e a leitura do relatório por parte de seus usuários, os quais não têm elementos para analisar a efetiva importância dos relatórios junto à sociedade, ou ao segmento de atuação.

Outra análise realizada buscou comparar as informações contidas no balanço social e nos Relatórios de Sustentabilidade em termos de valores.

### 4.3 Análise comparativa dos valores apresentados no Balanço social e no Relatório de sustentabilidade

Ou seja, buscou-se observar se os valores que constam nos Balanços Sociais dos períodos analisados são os mesmos que foram apresentados nos Relatórios de Sustentabilidade, quadro 3.

**Quadro 3: Análise em R\$ do alinhamento entre o balanço social e os relatórios de sustentabilidade**

(valores expressos em milhares de R\$)	2.006		2.007		2.008		2.009	
	BS	RS	BS	RS	BS	RS	BS	RS
<b>INDICADORES INTERNOS</b>	<b>345.584</b>		<b>270.966</b>		<b>337.030</b>		<b>409.573</b>	
Alimentação (auxílio alimentação)	49.586		54.476		58.031		68.098	
Encargos sociais compulsórios	146.955		144.643		155.715		173.089	
Previdência privada	35.077		-64.348		16.855		-41.297	
Saúde (Convênio assistencial)	37.933		57.076		20.553		62.853	
Segurança e medicina no trabalho	3.170		3.177	1.200	3.441		5.059	
Educação	2.130		2.296		2.526		2.544	
Cultura	654		916		1.334		1.623	
Capacitação e desenvolvimento profissional	8.824		7.848		11.013		13.558	
Auxílio creche	451		500		551		663	
Participação nos lucros e/ou resultados	52.028		54.254		65.816		64.995	

(valores expressos em milhares de R\$)	2.006		2.007		2.008		2.009	
	BS	RS	BS	RS	BS	RS	BS	RS
Indenizações trabalhistas							56.852	
Outros benefícios	8.776		10.128		1.195		1.536	
<b>INDICADORES EXTERNOS</b>	<b>146.248</b>		<b>45.151</b>		<b>105.123</b>		<b>118.223</b>	
<b>Educação</b>	<b>19.020</b>		<b>6.615</b>		<b>655</b>		-	
Programa Paraná Digital	18.331		6.491		655		-	
Escolas nas Usinas e outros	689		124		-			
<b>Cultura</b>	<b>9.207</b>	7.100	<b>5.510</b>		<b>5.902</b>		<b>5.132</b>	
Projetos culturais diversos - lei 8313			5.401	5.000	5.852	5.602	4.295	3.800
Incentivos culturais municipais			109		50		837	700
<b>Saúde e saneamento</b>	<b>112.717</b>		<b>28.646</b>		<b>94.460</b>		<b>107.872</b>	
Programa Luz para Todos	79.254	20.000	27.421	54.388	87.570	92.656	99.812	
Programa Luz Fraterna	32.522							
Programa irrigação noturna					5.282		8.048	
Outros programas	941		1.225		1.608		12	
<b>Esporte</b>	<b>55</b>		-					
<b>Combate à fome e segurança alimentar</b>	<b>4</b>		<b>4</b>		<b>160</b>		<b>1</b>	
<b>Outros</b>	<b>5.245</b>		<b>4.376</b>		<b>3.946</b>		<b>5.218</b>	
Indenização comunidade indígena	2.800	2.800	2.240		2.482		4.424	
Fundo direitos criança e	2.192	2.100	1.775	1.600	1.410	1.340	765	700
Doações, contribuições e subvenções	122		312		-			
Programa Eletricidadania, implantação								
GRI/AA1000 e instituto Ethos	131		49					
outros programas		25.654			54		29	
<b>INDICADORES AMBIENTAIS</b>	<b>89.455</b>		<b>100.441</b>		<b>122.377</b>		<b>164.165</b>	
<b>Investimentos relacionados com as operações da empresa</b>	<b>87.970</b>		<b>100.142</b>		<b>121.704</b>		<b>163.045</b>	
Prog de Pesquisa e Desenvolvimento e								
Eficiência Energética	52.265	8.260	56.347		42.166	22.779	76.645	32.200
Rede Compacta e Linha Verde	26.797		38.069		74.332		78.691	
Programas de proteção de Fauna e Flora	7.174		4.276		4.053		5.826	
Gestão de resíduos	1.734		1.450		1.153	1.711	1.883	
<b>Investimentos em programas e/ou projetos externos</b>	<b>1.485</b>		<b>299</b>		<b>673</b>		<b>1.120</b>	
Educação Ambiental e Museu reg. Iguaçu	763		126		401	334	898	200
Programa de monitoramento de algas							145	
Programa Tributo ao Iguaçu	722		109					
Projeto créditos de carbono			64		19		39	
Outros programas					253		38	800

Quando se trata de comparar em valores (R\$) o Relatório de Sustentabilidade e o Balanço Social, a maioria dos valores que constam no Balanço Social não são encontrados no Relatório de Sustentabilidade ou então esses valores divergem. Como por exemplo, no grupo dos “Indicadores Sociais Internos”, foi encontrado valor apenas no exercício de 2007, referente ao subgrupo “Segurança e medicina no trabalho” sendo que o valor que consta no

Balanço Social (R\$ 3.177) diverge do valor encontrado no Relatório de Sustentabilidade (R\$ 1.200).

Em relação ao grupo dos “Indicadores Sociais Externos” apenas o subgrupo “Indenização a comunidade indígena Apucarantina” apresentou os mesmos valores tanto no Balanço Social (R\$ 2.800) como no Relatório de Sustentabilidade (R\$ 2.800) no período de 2006, ao passo que o subgrupo “Outros

programas” apresentou valor no Relatório de Sustentabilidade (R\$ 25.653,65), porém, não apresentou valor no Balanço Social de 2006. Adicionalmente, os demais subgrupos dos “Indicadores Sociais Externos” que apresentaram valores (R\$) no Relatório de Sustentabilidade ao longo dos quatro períodos analisados, evidenciaram valores (R\$) divergentes dos apresentados no Balanço Social nesse período.

Por fim, no grupo dos “Indicadores Ambientais”, os poucos valores (R\$) encontrados nos Relatórios de Sustentabilidade de 2006 a 2009 divergem dos valores (R\$) evidenciados nos Balanços Sociais nesse mesmo período de tempo, como acontece com o subgrupo “Programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética” o qual apresentou R\$ 8.260 no Relatório de Sustentabilidade e R\$ 52.265 no Balanço Social, ambos de 2006. Já em 2007 não foram apresentados valores (R\$) no Relatório de Sustentabilidade referente ao grupo dos “Indicadores Ambientais”. Adicionalmente, em 2008 e 2009, os valores (R\$) apresentados pelo Relatório de Sustentabilidade, em relação ao mesmo grupo, divergem dos valores evidenciados nos Balanços Sociais de 2008 e 2009.

Dessa maneira, é possível visualizar que os valores dos itens evidenciados pelo Balanço Social nos quatro períodos analisados não foram demonstrados nos Relatórios de Sustentabilidade da Copel e quando são demonstrados, os valores não são os mesmos nos dois relatórios. Nesse sentido, os relatórios mencionados não estão alinhados

A partir das análises realizadas recomenda-se à entidade, objeto de estudo, uma readequação das informações evidenciadas tanto nos seus Relatórios de Sustentabilidade quanto nos Balanços Sociais para os próximos exercícios, a fim de gerar confiabilidade por parte dos usuários das informações quando da leitura e análise desses demonstrativos.

## 5 CONCLUSÕES

O presente estudo mostrou através das análises quantitativas e qualitativas que a

entidade analisada se preocupa em promover ações que compensem de alguma forma a comunidade e o meio ambiente pelos impactos causados durante as atividades operacionais da companhia. Esta atitude traduz a responsabilidade social da entidade, pois como colocado por Souza e Pacheco (2007) a responsabilidade social de uma empresa se define como o compromisso que a mesma assume para com o meio social e ambiental em que se insere. Assim sendo, a Copel desenvolve várias ações que traduzem sua responsabilidade social empresarial como medidas que permitem a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, auxílio educação, auxílio creche, previdência privada a seus funcionários, tratamentos médicos, programas que possibilitam o acesso a energia elétrica gratuitamente a pessoas com baixa renda, projetos de incentivo à cultura e vários outros.

Além disso, a Copel desenvolve suas ações visando um desenvolvimento sustentável o qual, como Ribeiro (2006) definiu, é aquele que atende às presentes necessidades sem afetar as futuras gerações. Nesse sentido, a Copel desenvolve ações como programas de preservação de espécies nativas, pesquisas para reduzir os gases de efeito estufa, biorremediação de solos, pesquisas para encontrar fontes renováveis de energia, programas de gestão de resíduos sólidos e líquidos produzidos pela entidade, dentre outros.

Essas e as demais ações tomadas pela Copel visam mostrar sua responsabilidade para com a sociedade e meio ambiente em que se insere e o seu comprometimento em promover um desenvolvimento que não prejudique as gerações futuras, insere a Copel no contexto de cidadania, fato este que Tinoco e Kraemer (2008) afirmam dar a entidade ganhos econômicos, assim como, um prazo de durabilidade maior.

Todas as ações mencionadas estão evidenciadas no balanço social da Copel, o qual, para Tinoco (2002) é a melhor forma de as empresas prestarem contas de seu desempenho, pois, leva em conta, de um lado, os recursos utilizados e de outro os aportes à

comunidade. Além disso, através do balanço social a Copel deixa explícito seu relacionamento com colaboradores, comunidade e meio ambiente. Desta maneira, o balanço social da Copel fornece informações úteis a todos os seus usuários, os quais segundo Tinoco (2002) são: clientes, fornecedores, financiadores, colaboradores, investidores potenciais, acionistas controladores, acionistas minoritários, gestores, governo e vizinhos e cada um dos quais utiliza as informações que constam no balanço social com um determinado fim.

O balanço social da Copel segue o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) o qual se divide em: indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional, informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e distribuição do valor adicionado. Este modelo atende às quatro vertentes propostas pela Fipecafi (2007) que são: balanço ambiental, balanço de recursos humanos, demonstração do valor adicionado e benefícios e contribuições à sociedade em geral.

Outro ponto relevante apresentado no balanço social da Copel são as informações de cunho negativo, as quais segundo a regulamentação NBC T 15, a mais completa nesse sentido, são: número de processos trabalhistas movidos contra a entidade, número de processos trabalhistas julgados procedentes, número de processos trabalhistas julgados improcedentes, valor total de indenizações e multas pagas por determinações da justiça, número de reclamações recebidas de clientes diretamente na entidade, número de reclamações recebidas de clientes por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor, número de reclamações recebidas de clientes por meio da justiça, número de reclamações de clientes atendidas em cada instância, montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor, quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade, valor das multas e indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas

administrativa e/ou judicialmente e passivos e contingências ambientais.

Relativo a essa norma, o balanço social da Copel apresenta informações relativas apenas a 4 itens que são: número de reclamações recebidas de clientes diretamente na entidade, número de reclamações recebidas de clientes por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor, número de reclamações recebidas de clientes por meio da justiça, número de reclamações de clientes atendidas em cada instância. Porém, existem outras regulamentações que trazem informações de cunho negativo, como: número de processos trabalhistas movidos contra a entidade e número de acidentes de trabalho, das quais, é apresentado no balanço social da Copel o item número de acidentes de trabalho.

A partir da pesquisa realizada torna-se possível tecer algumas recomendações para continuidade deste estudo, tais como: (a) analisar outros relatórios, nas bases aqui adotadas, a fim de observar se há alinhamento entre o balanço social e os relatórios de sustentabilidade; (b) fazer comparações com outras entidades do mesmo setor, a fim de observar semelhanças e diferenças quanto à representatividade dos investimentos nos diversos grupos de indicadores; e (c) ampliar a base teórica de pesquisa com relação ao contexto internacional, a fim de observar a existência de trabalhos realizados nos mesmos moldes aqui apresentados.

## REFERÊNCIAS

- ARRIGONI, F.J. Aplicações Sociais das sociedades cooperativas: um modelo de demonstração contábil. **Revista contabilidade & Finanças USP**. São Paulo, n. 23, jan.-jun., 2000.
- ATKINSON, A.A.; BANKER, R.D.; KAPLAN, R.S.; YOUNG, S.M. **Contabilidade Gerencial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BAUER, M., GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**. Petrópolis, Vozes: 2002.
- BRAGA, C. Introdução: Contabilidade Ambiental: Ferramenta para a gestão da sustentabilidade. In: BRAGA, C (Org).

- Contabilidade Ambiental:** Ferramenta para a gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007. p. 1-9.
- CARVALHO, F.M.; SIQUEIRA, J.R.M.. Regulamentações Brasileiras do balanço social. In: FERREIRA, A.C.S.; SIQUEIRA, J.R.M.; GOMES, M.S. (Org.). **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 23-41.
- CHURCHILL JR., G.A. **Marketing research: methodological foundations**. Chicago: The Dryden Press, 1987.
- CIPOLA, F.C; NOGUEIRA, H.G.P.; FERREIRA, A.F.R. Avaliação do desempenho social: uma discussão apoiada em análise envoltória de dados (DEA) em empresas siderúrgicas no Brasil. In: **8 Congresso USP Controladoria e Contabilidade**. 2008. Anais Eletrônicos... São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos82008/229.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2009.
- CLARO, P.B.O.; CLARO, D.P., AMANCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **RAUSP - Revista de Administração da USP**. vol. 43, no. 4, p. 289-300, 2008.
- CUNHA, J.V.A.; RIBEIRO, M.S. Evolução e Estrutura do balanço social no Brasil e Países Selecionados: um Estudo Empírico. **RAC-Eletrônica**, v. 1, n. 2, art. 9, p. 136 – 152, Maio/Ago, 2007. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/periodicos/arq\\_pdf/a\\_640.pdf](http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_640.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2009.
- FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações:** aplicável às demais sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GRAJEW, O.; YOUNG, R. **Relatórios de Sustentabilidade**. São Paulo, Instituto Ethos, 2010.
- IGARASHI, D.C.C.; OLIVEIRA, C.R.; SILVA, R.A.; IGARASHI, W. Evidenciação do alinhamento entre o balanço social e os relatórios de sustentabilidade a partir da análise horizontal e vertical: um estudo em uma empresa de energia elétrica. In: **Simpep: Simpósio De Engenharia Da Produção**, 16, 2009. São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: UNESP, 2009. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais.php>. Acesso em: 31 mar. 2010.
- IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de Balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- KROETZ, C.E.S. balanço social: uma proposta de normatização. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, n 104, p. 55-65, mai, 2001.
- KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanço social: teoria e pratica**. São Paulo: Atlas, 2000.
- MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- MORAES, D.A. A responsabilidade social e o balanço social da empresa. *Artigo USP*. Disponível em: [http://www.ead.fea.usp.br/tcc/trabalhos/artigo\\_Daniela%20Moraes.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/tcc/trabalhos/artigo_Daniela%20Moraes.pdf). Acesso em: 03 ago. 2009.
- OLIVEIRA, C.R.; IGARASHI, D.C.C.; SILVA, R.A. Evidenciação do alinhamento entre o balanço social e o Relatórios de Sustentabilidade a partir da Análise Horizontal e Vertical: um estudo em uma empresa de energia elétrica. In: **Congresso Internacional De Administração: Gestão Estratégica em Tempos de Mudança**. Anais Eletrônicos. Ponta Grossa: ADMPG, 2009. Disponível em: <http://www.admpg.com.br/2009/pt/selecionados.php>. Acesso em: 30 ago. 2009.
- PERIN, M. G.; SAMPAIO, C. H.; FROEMMING, L. M. S.; LUCE, F. B. A pesquisa survey em artigos de marketing nos ENANPAD'S da década de 90. In: **Encontro Anual da Associação de Programas de Pós-Graduação em Administração**. 2000, Florianópolis. Anais Florianópolis, 2000.
- QUEIROZ, A.P.; SILVA, A.L.; BRAGA, C.; PINHO, D.R.; SANTOS, T.M.S. Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. In: BRAGA, C. Org.). **Contabilidade Ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 11-25.
- RAUPP, F.M.; BEUREN, I.M.. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e pratica. 3. ed. São Paulo: Atlas, p. 77 – 97, 2006.
- RIBEIRO, M.S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- RIBEIRO, O.M. **Estrutura e análise de balanços**

**fácil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, L.A.G. A contabilidade e sua verdadeira função. **Revista CRCRS**. n 9, Dez, 2008. Disponível em: [http://www.crcrs.org.br/revistaeletronica/artigos/09\\_luiz.pdf](http://www.crcrs.org.br/revistaeletronica/artigos/09_luiz.pdf). Acesso em: 12 ago. 2009.

SOUZA, Diocesar Costa de; PACHECO, Vicente. O balanço social atende aos objetivos a que se propõe?. In: **7 congresso USP Controladoria e Contabilidade**. 2007. Anais eletrônicos... São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/123.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2009.

TINOCO, J.E.P. balanço social: balanço da transparência corporativa e da concertação social. **RBC – Revista Brasileira de Contabilidade**. Ano XXX, n 135, p. 57-71, mai./jun, 2002.

TINOCO, J.E.P.; KRAEMER, M.E.P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TORRES, C. Responsabilidade social e transparência. In: **Orçamento e Democracia**, nº 10, ano VI, Ibase, Rio de Janeiro, 1998.

TORRES, C.; MANSUR, C. **Balanço social, dez anos: o desafio da transparência**. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, M. F. V.; ZOUAIN, D. M (Org.). 2. ed. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.